

## O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PIRAPORA (MG) E SUA REPRESENTAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL

**Vanessa Tamiris Rodrigues Rocha**

Mestra em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>

[vanessatamiris@gmail.com](mailto:vanessatamiris@gmail.com)

**Luana Barbosa Durães**

Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>

[luanabarbosaduraes97@gmail.com](mailto:luanabarbosaduraes97@gmail.com)

**Carlos Alexandre de Bortolo**

Doutor em Geografia, Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>

[carlos.bortolo@unimontes.br](mailto:carlos.bortolo@unimontes.br)

**Rahyan de Carvalho Alves**

Doutor em Geografia, Professor da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil<sup>1</sup>

[rahyan.alves@unimontes.br](mailto:rahyan.alves@unimontes.br)

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância do patrimônio cultural da cidade de Pirapora (Minas Gerais/Brasil), e sua relevância enquanto elemento para a preservação da memória e a construção da identidade local. Para tanto, utilizou-se como metodologia: revisão bibliográfica; coleta e análise de dados secundários do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), de 2017; interpretação iconográfica e levantamento cartográfico com o uso do software QGIS 3.26. Considera-se que a cidade de Pirapora dispõe de um rico acervo cultural - com 12 patrimônios tombados - que espelham a singularidade de sua história. Contudo, é perceptível que os bens que mais se destacam são a Ponte Marechal Hermes e o Vapor Benjamim Guimarães, tidos como elementos fundamentais para a preservação da memória coletiva e para a construção de uma identidade local. Estes bens representam a herança histórica, social e simbólica da comunidade piraporense, a nível regional e nacional.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Memória; Identidade; Pirapora.

### THE CULTURAL HERITAGE OF PIRAPORA (MG) AND HISTORICAL AND SOCIAL REPRESENTATION

**ABSTRACT:** The objective of this work is to reflect on the importance of the cultural heritage of the city of Pirapora (Minas Gerais/Brazil), and its relevance as an element for the preservation of memory and the construction of local identity. To this end, the following methodology was used: bibliographic review; collection and analysis of secondary data from the State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais (IEPHA/MG), from 2017; iconographic interpretation and cartographic survey using the QGIS 3.26 software. It is considered that the city of Pirapora has a rich cultural collection - with 12 listed heritage sites - that reflect the uniqueness of its history. However, it is noticeable that the assets that stand out the most are the Marechal Hermes Bridge and the Benjamim Guimarães Steamboat, considered fundamental elements for the preservation of collective memory and for the construction of a local identity. These assets represent the historical, social and symbolic heritage of the Piraporense community, at a regional and national level.

**Keywords:** Heritage; Memory; Identity; Pirapora.

### EL PATRIMONIO CULTURAL DE PIRAPORA (MG) Y SU REPRESENTACIÓN HISTÓRICA Y SOCIAL

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Universidade Estadual de Montes Claros, Campus Universitário Prof. Darcy Ribeiro, Av. Prof. Rui Braga, s/n – Vila Mauriceia, CEP: 39401-089, Montes Claros, Minas Gerais, Brasil.

**RESUMEN:** El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre la importancia del patrimonio cultural de la ciudad de Pirapora (Minas Gerais/Brasil), y su relevancia como elemento para la preservación de la memoria y la construcción de la identidad local. Para ello se utilizó la siguiente metodología: revisión bibliográfica; Recopilación y análisis de datos secundarios del Instituto Estatal del Patrimonio Histórico y Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), 2017; Interpretación iconográfica y levantamiento cartográfico mediante el software QGIS 3.26. La ciudad de Pirapora está considerada como poseedora de un rico patrimonio cultural, con 12 sitios catalogados como patrimonio histórico, que reflejan la singularidad de su historia. Sin embargo, se destaca que los patrimonios que más se destacan son el Puente Marechal Hermes y el Barco de Vapor Benjamim Guimarães, considerados elementos fundamentales para la preservación de la memoria colectiva y para la construcción de una identidad local. Estos bienes representan el patrimonio histórico, social y simbólico de la comunidad Piraporense, a nivel regional y nacional.

**Palabras clave:** Herencia; Memoria; Identidad; Pirapora.

## Introdução

Para Claval (2007), a cultura é a mediação entre o ser humano e a natureza, sendo constituída primeiramente, pelo conjunto de artefatos e de conhecimentos. Denota ainda que, a cultura é extremamente relevante para a diferenciação social de cada indivíduo, o qual proporciona contribuições para se compreender as semelhanças e as diferenças presentes na sociedade.

Nas concepções de Wagner e Mikessel (2000) podemos entender a cultura a partir da coletividade, das relações que os seres humanos estabelecem em suas comunidades, logo, não se pode afirmar taxativamente que a cultura é algo acabado e cristalizado, pois se processa na capacidade do homem, em diferentes momentos da humanidade, de se comunicar e de se relacionar com si, com o Outro (sociedade) e com o meio ambiente, sendo capaz de estabelecer sentido ao mundo e, também, quebrar e/ou remodelar os processos de aculturação.

A cultura de um povo se expressa por meio de suas tradições, práticas, valores e símbolos, sendo o patrimônio cultural uma das formas mais significativas de materializar esta identidade coletiva. De acordo com a Constituição Federal de 1988 - artigo 216 - o mesmo é considerado como “[...] bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

As cidades atuais são construídas a partir da articulação entre elementos sociais, econômicos, políticos e culturais, cujas interações se materializam ao longo do tempo e do espaço. As relações sociais deixam marcas na organização e na representação espacial dos centros urbanos, evidenciando que a cidade é, em grande medida, reflexo das práticas e das dinâmicas de sua população (Corrêa, 2001). Nesta lógica, Ferrari (1979, p. 208) já afirmava que “a cidade é um fato histórico, geográfico e, acima de tudo, social”.

A cidade tem o dever de se tornar histórica por intermédio do uso e valorização da memória coletiva. Consequentemente, deve incentivar o sujeito a se reconhecer como integrante dessa história, seja por meio de monumentos, festas, desfiles, etc., que (en)cantam o retrato de seu lugar. Isto promove o respeito do indivíduo pelo seu local de origem, pois como denota Tuan (1983, p. 193) “Confiantes em seu passado, estes podem falar em voz baixa e preocupar-se em colocar sua cidade natal em um pedestal”.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a importância do patrimônio cultural da cidade de Pirapora (Minas Gerais/Brasil), objetivando perceber sua relevância enquanto elemento para a preservação da memória e a construção da identidade local.

## Metodologia

A presente pesquisa possui natureza exploratória e abordagem qualitativa, uma vez que se propõe aprofundar o conhecimento acerca dos patrimônios culturais e suas representações históricas e sociais. Segundo Gil (2008), esse tipo de investigação é adequado quando se busca familiaridade com o tema e maior compreensão do fenômeno estudado. Durante o desenvolvimento do estudo, observou-se a ausência de trabalhos específicos sobre a temática no contexto de Pirapora, o que confere ineditismo à pesquisa e potencial para fomentar reflexões sobre o valor dos bens culturais para a formação da identidade local.

A metodologia adotada incluiu, inicialmente, a revisão bibliográfica fundamentada em autores como Laraia (1986), Neves (1999), Tuan (1983), Claval (2002/2007), Haesbaert (2007), Costa (2009); Alves e Fonseca (2011), Castells e Santos (2014), Mello (2016), Silva (2019), Fonseca (2020), Rocha *et al.* (2022), entre outros. Os critérios de seleção incluíram, a saber: relevância acadêmica, relação com os eixos temáticos do estudo e disponibilidade em bibliotecas digitais como *Google Scholar*, *SciELO*, Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e periódicos da área. A seleção do material foi orientada por descritores como: cultura, patrimônio cultural, tombamento, memória, identidade cultural, representação histórica e social, etc. Tal etapa viabilizou a construção de uma fundamentação teórica sólida que dialoga diretamente com os objetivos da pesquisa.

E, análise de dados secundários coletados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG), especialmente os referentes ao ano de 2017. A escolha do IEPHA/MG se justifica por sua importância histórica e institucional como um dos primeiros órgãos do país voltados especificamente para a preservação do patrimônio cultural em nível estadual. O seu trabalho é guiado pelo zelo com o patrimônio histórico, pelo constante aprimoramento de suas metodologias e pela adoção de uma política descentralizada que valoriza a participação de todos, destacando o envolvimento dos municípios.

O IEPHA/MG foi criado no dia 30 de setembro de 1971 - vinculado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT), que atua no campo das políticas públicas de patrimônio cultural. Este apresenta a missão de pesquisar, preservar e promover o Patrimônio Cultural de Minas Gerais. Ao longo do tempo tem contribuído para sua reflexão teórica e metodológica, atuando em parceria com instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa do Estado.

Os dados obtidos foram organizados em categorias temáticas, como: relação entre cultura e patrimônio, importância sociocultural e econômica e políticas públicas de preservação. A análise consistiu na identificação de padrões discursivos e indicadores de valorização patrimonial no contexto municipal.

Complementarmente, realizou-se o levantamento cartográfico para a representação e análise espacial dos bens culturais de Pirapora. Para isto, recorremos ao uso do software QGIS 3.26, baseado em dados geoespaciais advindos de fontes públicas, tendo como exemplo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o próprio IEPHA/MG. Foram produzidos mapas que ilustram a localização do município de Pirapora e a distribuição dos seus bens culturais tombados.

Para garantir maior consistência analítica, adotou-se a triangulação entre: embasamento teórico, dados secundários, representação cartográfica e interpretação iconográfica, fortalecendo a validade das análises. Epistemologicamente, esta triangulação pode ser justificada em razão da complexidade do objeto de estudo (o patrimônio cultural enquanto construção simbólica, territorial, econômica e turística) – exigindo, assim, múltiplas fontes e perspectivas analíticas para uma robustez interpretativa da pesquisa, evitando reducionismos.

Este trabalho foi estruturado em quatro etapas: (1) revisão bibliográfica sobre os temas centrais da investigação; (2) contextualização socioeconômica do município de Pirapora (MG); (3) sistematização e análise dos dados secundários coletados; e (4) elaboração das considerações finais. A seguir, serão apresentados os resultados e a discussão da pesquisa.



## **Cultura, patrimônio e sociedade: algumas reflexões**

O conceito de Cultura é aplicado em diversas áreas do conhecimento e sua definição é polissêmica (Rocha et al., 2022). Para Laraia (1986, p. 74), a cultura pode ser entendida como “[...] um sistema de conhecimento em que consiste em tudo aquilo que alguém tem de conhecer ou acreditar para operar de maneira aceitável dentro de sua sociedade”. Denota ainda que o ser humano nasce com suas capacidades biológicas hereditárias e que durante a vida, perpassa por um processo chamado “endoculturação” – que pode ser explicado pela capacidade do ser humano adquirir conhecimentos “ilimitados”, utilizando os sentidos cognitivos e os gradientes que o ambiente oferece.

Para Hall (1997, p. 5), “[...] Toda ação social é cultural, todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação”, ou seja, toda e qualquer prática humana (com reflexão social e consciente política) possui uma dimensão cultural que ao longo do tempo toma e torna significado e significância para o indivíduo.

Segundo Campomori (2008, p. 78-79):

A cultura é a própria identidade nascida na história, que ao mesmo tempo nos singulariza e nos torna eternos. É índice e reconhecimento da diversidade. É o terreno privilegiado da criação, da transgressão, do diálogo, da crítica, do conflito, da diferença e do entendimento.

Já para Sachs (2005), a cultura é um conceito holístico, do qual surgem culturas particulares, dotadas de sinais, símbolos e códigos que ganham significados específicos para uma dada realidade ou grupo social. Sendo assim, Botelho (2001, p. 74) denota que:

A cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade.

A busca por compreender a noção de cultura nos leva a refletir sobre a interação entre os variados indivíduos e os elementos que foram socialmente construídos e reconstruídos ao longo do tempo. Estes elementos, a saber, objetos, crenças, modos de vida, símbolos e representações identitárias – estão imersos em costumes, tradições e representatividade. No pensamento iluminista francês, a cultura é tida como o estado do espírito cultivado pelas instruções. Nesse sentido, ela é entendida como “[...] A soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (Cuche, 2002, p. 21).

Para contribuir com as concepções anteriormente expostas, convém destacarmos as palavras de Eagleton (2005, p. 184), o qual afirma que:

A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último.

Destarte, a cultura, em sentido amplo, abrange os valores, práticas, conhecimentos, modos de vida e expressões dos grupos sociais. Assim, o patrimônio pode ser caracterizado como uma expressão dessa cultura. Uma vez que, preserva e transmite os diversos elementos que englobam a memória coletiva e a história de uma sociedade.

Antes de haver o reconhecimento do termo supracitado, utilizava-se e ainda se utiliza o termo Monumento, “Monumentum”, derivado de “Monere” que tem como significado,

advertir, lembrar, aquilo que traz lembrança de alguma coisa, fato ou lugar; representando, então, elementos que possam remeter a lembranças (Alves, 2009). Para Choay (2006), o monumento é uma construção erguida por uma comunidade com a finalidade de rememorar e de reconectar sujeitos a tempos passados. Segundo o autor, trata-se de um artefato que “lembre o passado e [o faça] vibrar como se fosse presente” (Choay, 2006, p. 18). Esse passado, contudo, não é qualquer um, ele é selecionado e mobilizado por seu valor vital, capaz de contribuir para a preservação da identidade de um grupo étnico, religioso, nacional, tribal ou familiar.

Choay (2006) acrescenta ainda que o monumento funciona como um dispositivo de proteção simbólica. Para aqueles que o erguem e para aqueles a quem é destinado, o monumento oferece segurança diante dos traumas da existência, assegurando e tranquilizando. Assim, atua como uma garantia das origens, dissipando incertezas e desafiando a entropia, a ação dissolvente do tempo sobre todas as coisas, na tentativa de combater a angústia da morte e do aniquilamento.

A construção histórica de um indivíduo está intrinsecamente relacionada à própria história de uma paisagem – que comporta “significados a partir de um conjunto material e imaterial que proporcione sensibilidade ao homem, reforçando a história coletiva do sujeito e sua identificação com o lugar e, logo com o território, a partir de suas sensações e racionalidades” (Claval, 2002, p. 28). Trata-se de um vínculo que se estabelece no tempo acumulativo e no poder de constante renovação.

Para Tuan (1983, p. 19), conceber um lugar como “o seu lugar” é experimentar uma profunda sensação de pertencimento a um local vivenciado de múltiplas formas - onde se aprende com todos os sentidos, densidades e experiências de vida. Trata-se de uma formação que reativa memórias afetivas construídas ao longo dos anos - amizades, alegrias, emoções, angústias e realizações. O lugar, torna-se, assim, um território de significados, promovendo uma sensação emotivo-espacial, que vai além de uma simples localização geográfica. Como afirma este mesmo autor, o lugar configura-se como “[...] um arquivo de lembranças afetivas de realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é permanente e por isso tranquiliza o homem, que vê fraqueza em si mesmo, chance e movimento em toda parte” (Tuan, 1983, p.171).

Segundo Pelegrini (2007), a memória coletiva consiste-se em um importante indicador na definição do que deve ou não ser considerado patrimônio cultural. Contudo, estabelecer essa relação não é algo simples, pois as memórias coletivas são atreladas a grupos e lugares, e os indivíduos/grupos, em seus cotidianos, vão mudando, assim como as formas de compreender às paisagens à sua volta.

O patrimônio cultural está constantemente sujeito ao risco de perda, seja pelo desgaste do tempo, pela ausência de políticas de preservação ou pelas transformações nas práticas sociais. Nesse sentido, estudos como este assumem papel essencial ao contribuir para a compreensão, o registro e a valorização dessas referências.

A memória pode ser tida como um instrumento de revigoração das lembranças, como reafirmação sociocultural. Ao ocorrer, por exemplo, o tombamento de paisagens, estamos oferecendo à sociedade moderna o impulso para uma vertente de pertencimento a um dado local, com bases para a construção de uma identidade, sobretudo “[...] Num mundo em crise de valores e de sentido como é o nosso, onde a questão da identidade deve voltar ao centro das atenções” (Haesbaert, 1999, p. 170).

Para Abreu (2011), é por meio da recuperação das memórias coletivas passadas e da preocupação em registrar de forma constante as memórias coletivas que ainda se fazem presentes no cotidiano da sociedade é que podemos resgatar muito do passado, eternizar o presente e proporcionar às gerações futuras um lastro fundamental para a construção de sua identidade. A continuidade de uma vida coletiva baseia-se na preservação da história do lugar, e disto “nasce a necessidade de se ter objetos tangíveis nos quais se possa apoiar o sentimento de identidade” (Tuan, 1983, p. 217).

Para tanto, na visão de Gonçalves (2002, p. 122), os patrimônios culturais podem ser considerados excelentes estratégias sociais, pois, por meio deles as pessoas podem narrar:

[...] sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento... aparecendo como uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo no que se refere à identidade de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios então, são instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas.

Para Castells e Santos (2014), o patrimônio cultural deve ser compreendido a partir de algumas percepções, a saber: tradição, herança, etnia, identidade, memória, pertencimento, materialidade, imaterialidade, construção social, diversidade, poder, valorização, etc. Assim, a estes são atribuídos o papel de serem os “guardiões das nossas raízes históricas, nomeados a transmitirem aos novos a memória de um passado, consagrado pela vivência de um grupo, de uma sociedade, construída pelas experiências vividas” (Melo, 2009, p. 54).

Ao mesmo tempo em que a cultura é valorizada e conservada por meio dos patrimônios, é perceptível também o surgimento do capitalismo cultural e da mercantilização da cultura (Haesbaert, 2007). Desta forma, começa a perder, aos poucos, seu papel social de fortalecer os laços topofólicos com o lugar. E, transforma-se em um “fetiche” integrado ao consumo financeiro, representando uma “peça da máquina reprodutora do capitalismo pelos elementos culturais” (Nigro, 2001, p. 37).

O turismo e o patrimônio cultural não conseguem, à primeira vista, andar separadamente. Tal relação implica afirmar que a preservação do patrimônio adquire “[...] dupla funcionalidade contraditoriamente. Por um lado, assume a busca da identidade, do saber, da história e da memória que não se pode negar; por outro, o patrimônio adquire um caráter mercadológico” (Costa, 2009, p. 84-85).

Com a finalidade de se preservar e conservar um bem foi instituída a prática de tombamento. Esta prática objetiva o cumprimento da função social da propriedade e contribui para os registros da nação (Mello, 2016). O tombamento pode ser definido como um processo administrativo em que se reconhece, por intermédio do Poder Público, seja este municipal, estadual, distrital ou federal, que determinado bem privado conserva um valor histórico, paisagístico, artístico, turístico, científico e cultural; merecendo, assim, uma tutela específica.

Para tal acontecimento, realiza-se a abertura de um processo, que caso tenha como resultado o deferimento, o bem é inscrito em um dos quatro Livros do Tombo (Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Tombo Histórico; Tombo das Belas Artes e Tombo das Artes Aplicadas). A partir disto passa a estar sujeito a restrições quanto ao uso e ao direito de propriedade, almejando assegurar sua preservação e atender à manutenção do interesse público (Mello, 2016). Busca-se, assim, impedir que o proprietário realize alterações inadequadas ou que destrua o bem protegido. Ressalta-se, ainda, que estas restrições administrativas ao direito de propriedade não se direcionam apenas ao bem tombado, podendo estender-se à vizinhança, com o intuito de preservar o entorno – sua integridade e harmonia.

Convém destacar que o turismo cultural é o segmento do mercado que mais se potencializa dentro dessa matriz de interesses particulares relacionados aos patrimônios. O que acarreta uma dinâmica econômica centralizada nos poderes financeiros hegemônicos da localidade onde os bens tombados estão inseridos (Alves e Fonseca, 2011).

Dada a relevância do turismo cultural – é fundamental que ele contribua para a conservação e valorização dos bens culturais. É preciso haver um equilíbrio entre ambos, apesar de que no Brasil geralmente ocorre o contrário – o patrimônio cultural cria-se em função dos interesses mercantis, sendo explorado com este objetivo (Luchiari, 2006). Mas, para Swarbrooke (2000), isto precisa ser revisto, uma vez que o principal objetivo deste é fortalecer o vínculo do cidadão com o lugar e revelar aos turistas as territorialidades e as



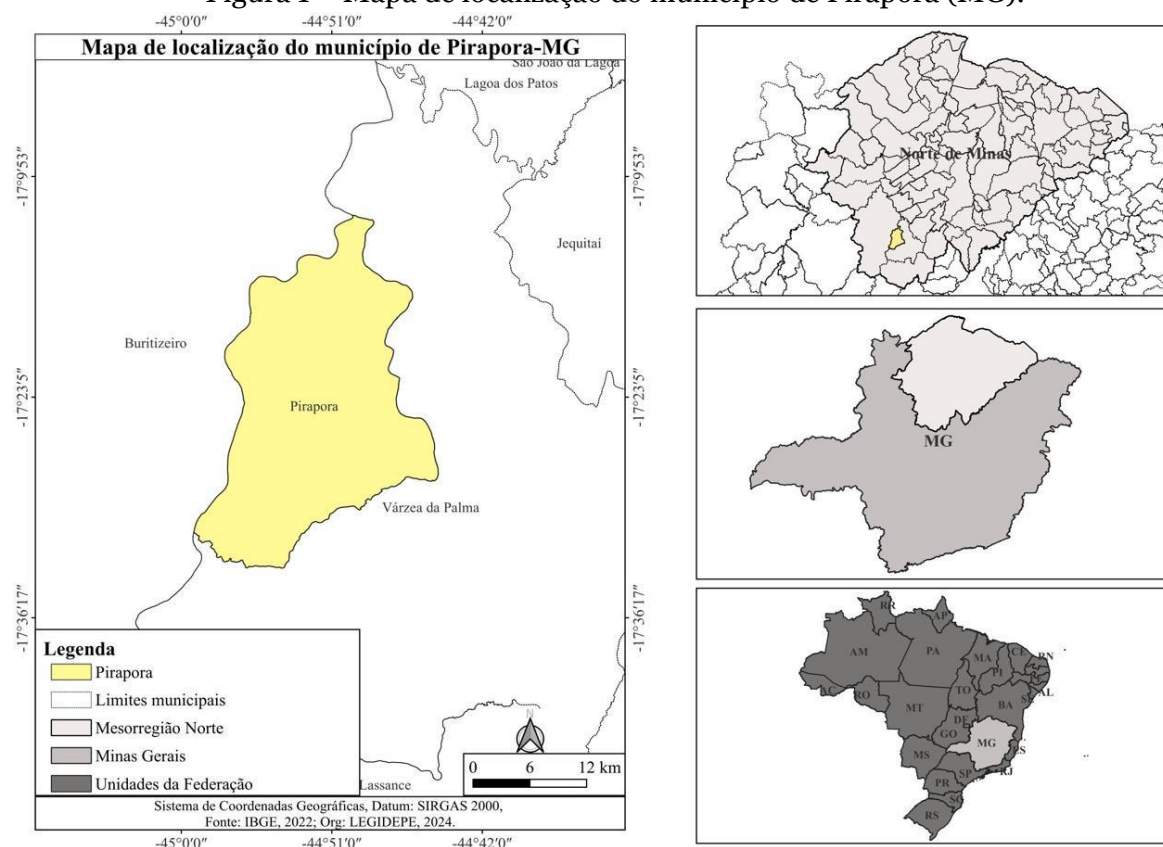
variáveis culturais que caracterizam seus conjuntos, conferindo a este local um caráter peculiar.

Posto isto, serão abordados aspectos socioeconômicos do município de Pirapora, área deste estudo.

### Caracterização da área de estudo

O município de Pirapora ocupa uma área da unidade territorial de 549,514 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022), situando-se na região do Alto Médio São Francisco. Em 2010, de acordo com o Censo do mesmo ano, apresentava 53.368 habitantes (IBGE, 2010). Já, em 2022, apresentava uma população de 55.606 habitantes - a maioria (54.544 pessoas) residindo em área urbana, com densidade demográfica de 60,78 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Pirapora possui como municípios limítrofes: Buritizeiro e Várzea da Palma (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do município de Pirapora (MG).



Fonte: IBGE, 2022. Org.: Autores, 2024.

No princípio do século XIX, Pirapora era um povoado pouco expressivo demográfica e economicamente, Neves (1999) denota que sua economia estaria inteiramente relacionada à pesca e ao garimpo; a produção de mandioca, milho, melancia e cana de açúcar.

Segundo Mata-Machado (1991), o desenvolvimento de Pirapora ocorreu a partir do ano de 1894, quando a Companhia Cedro e Cachoeira decide instalar neste município um depósito de algodão e tecidos, visando diminuir prazos de entrega de mercadorias, agilizar vendas e cobranças. Na última década do século XIX, Pirapora já integrava o sistema econômico regional.

Devido a chegada da estação férrea em 1911, Pirapora passa a centralizar todo o comércio regional e, posteriormente, transforma-se no maior centro industrial local, sobretudo após a instalação da Companhia Indústria e Viação de Pirapora, em 1918 (Mata-Machado, 1991). Ademais, a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil faz de Pirapora, um importante entroncamento hidro-rod-ferroviário de importância econômica crescente durante o século XX; o que interferiu e contribuiu para a fixação e evolução do sítio urbano e no processo histórico da cidade (Neves, 1999).

Os incentivos fiscais e financeiros realizados na cidade por parte da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sobretudo entre as décadas de 1960 e 1970, criaram, assim, outros eventos econômicos e geográficos em Pirapora. A mesma tornou-se um centro polarizador no plano micro-regional, atraindo populações de outras localidades, afligidos pelas adversidades climáticas ou devido às impossibilidades de se instalarem no campo, perante o domínio das grandes propriedades e dos grandes proprietários de terra. Ou seja, Pirapora expandiu-se com a vinda de migrantes (campo e cidade) e de outras regiões do país, principalmente do Nordeste.

Assim, é notório que o crescimento econômico de Pirapora foi acompanhado por um expressivo crescimento populacional, especialmente entre os anos de 1920 e 1930 - vinculado ao seu processo de industrialização, urbanização, êxodo rural e urbano.

A respeito da posição, Pirapora insere-se no grupo de cidades localizadas nas margens dos rios – fato este que representa tanto uma passagem quanto um obstáculo. O rio São Francisco permitiu a individualização dos estabelecimentos urbanos de suas margens, dando origem às cidades de Pirapora e Buritizeiro. À margem direita deste rio localiza-se Pirapora e à margem esquerda localiza-se Buritizeiro. Duas margens dissimétricas opondo uma planície inundável a um talude, o que, na perspectiva de George (1969), favoreceria naturalmente o lado da planície.

Apesar das vantagens naturais de Pirapora, a cidade vizinha (Buritizeiro) conseguiu desenvolver-se mais que Pirapora, ainda que historicamente as duas cidades tenham alternado relações de parceira e rivalidade. Com a chegada da estrada de ferro em Pirapora, foi construída uma ponte - a Marechal Hermes, unindo de forma definitiva estes dois municípios, pois em Buritizeiro foi construída a estação de “Independência” - ponta final dos trilhos da estrada de ferro e preparação do ramal para Belém (PA) via Brasília.

Durante muito tempo, esta ponte firmou-se como o elo entre ambos os municípios, transitando por ela o trem, bicicletas, carros e transeuntes. Por essa razão, sua trajetória, funções e significados assumem papel central neste estudo, que busca evidenciar não apenas sua relevância para Pirapora, mas também seu impacto histórico, social e territorial para Buritizeiro.

Na caracterização do município de Pirapora, seu processo de surgimento ocorreu por meio do estabelecimento de uma aldeia de indígenas no local onde atualmente situa-se a Praça Cariris (Carneiro *et al.*, 2011). O primeiro nome de Pirapora foi São Gonçalo das Tabocas, ainda como distrito, subordinado ao município de Curvelo. Foi elevado à categoria de vila com a atual denominação de Pirapora pela Lei Estadual nº 556, de 1911, sendo desmembrado de Curvelo e, elevado à cidade em 1915 (IBGE, 2022).

Segundo Neves (1999), o nome deste município tem origem na língua Tupi, onde Pirá tem o significado de “peixe”, e Pora significa “habitante de, ou morador de”, assim a palavra pirapora poderia ser traduzida como “lugar onde moram os peixes”, “morada do peixe” ou “lugar onde o peixe salta”, fazendo referência a quantidade de peixes que eram vistos saltando de suas cachoeiras no período da “piracema”<sup>2</sup>.

O município conta com atrações naturais e culturais de grande relevância, como o rio São Francisco e suas diversas cachoeiras, e a foz do rio das Velhas, com ruínas de uma antiga igreja dos jesuítas às suas margens. Juntamente às festas populares, como a Festa do Sol (evento anual que acontece na orla fluvial da cidade, geralmente no mês de setembro) e a Festa

<sup>2</sup> Piracema é o período reprodutivo dos peixes, quando eles sobem os rios para desova.



da Uva (evento anual que celebra a colheita e a produção de uvas na região) - ambas atraem uma grande quantidade de pessoas.

Relacionado a estrutura etária, a população entre 20 e 59 anos abrange uma representatividade de (31.386 habitantes) 57%, enquanto os habitantes menores de 19 anos e maiores de 60 anos compreendem, respectivamente, 15.704 (28%) e 8.516 (15%) indivíduos (IBGE, 2022).

Tabela 1 – Estrutura etária da população no município de Pirapora (MG) – 2022

Estrutura etária	População (2022)	% do Total (2022)
Menos de 19 anos	15.704	28%
20 a 59 anos	31.386	57%
Mais de 60 anos	8.516	15%
Total	55.606	100%

Fonte: IBGE, 2022. Org.: Autores, 2025.

A maioria dos habitantes de Pirapora se autodeclararam de cor/raça parda, com 34.819 pessoas (62,6%). Seguido, respectivamente, de cor/raça branca, 11.625 indivíduos (20,9%); preta, 8.978 (16,1%); amarela, 142 pessoas (0,33%); e indígena, 42 pessoas (0,07%) (IBGE, 2022) (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição da população quanto a cor/raça, 2022

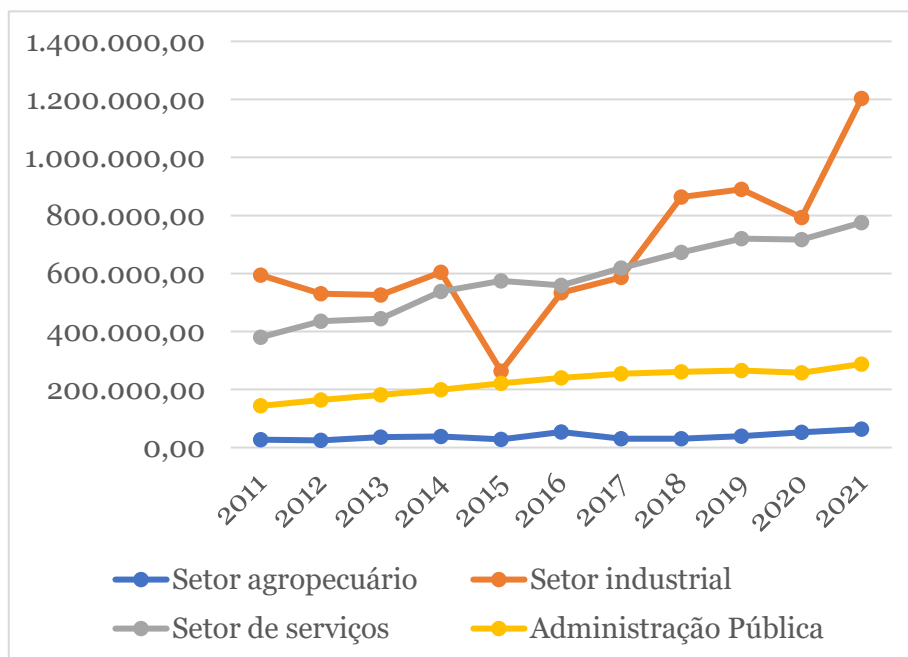
Cor/raça	Pessoas (Quantidade)
Branca	11.625
Preta	8.978
Amarela	142
Parda	34.819
Indígena	42
Total	55.606

Fonte: IBGE, 2022. Org.: Autores, 2025.

Quanto aos aspectos físicos, as médias anuais de temperatura em Pirapora oscilam entre 23°C e 24°C, com precipitações pluviométricas entre 900 mm e 1300 mm por ano. Sua estação seca corresponde ao período de abril a outubro, com chuvas concentradas no período de novembro a março. O município localiza-se numa área de relevo relativamente plano, com altitude variando de 450 metros na planície fluvial do Rio São Francisco, a aproximadamente 800 metros nas áreas de chapadas. Sua vegetação dominante é a de Cerrado e a de Mata Ciliar ao longo do Rio São Francisco. Dentre as espécies locais, são elencadas a aroeira, o buriti, a imburana e o angico.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município correspondeu a R\$ 2,88 bilhões à preços correntes e, o PIB per capita a R\$ 50.580,69, em 2021 (IBGE, 2022). O setor de menor participação no PIB municipal entre 2011 e 2021 é o Setor Agropecuário, seguido do Setor de Administração Pública. É nítido que o Setor Industrial é o que apresenta maior impacto no PIB - dispondo de indústrias de ferro, silício, silício metálico, ferro-ligas, ligas de alumínio e tecidos. Em 2011, o Setor Industrial contribuía com R\$594.445,46 e, em 2021, com R\$1.203.810,16 – quando chegou ao seu ápice. Em dez anos o setor apresentou algumas quedas, de 2011 para 2012 (R\$594.445,46 - R\$529.817,99); de 2012 para 2013 (R\$529.817,99 - R\$525.766,77); de 2014 para 2015 (R\$603.969,76 - R\$263.409,49) e, de 2019 para 2020 (R\$889.640,05 - R\$793.156,20). O Setor de Serviços saltou de R\$380.419,54, em 2011, para R\$775.469,02, em 2021. Neste período apresentou apenas duas quedas, de 2015 para 2016 (R\$573.982,55 - R\$558.507,11) e de 2019 para 2020 (R\$719.659,55 - R\$716.876,33) (FJP, 2024) (Gráfico 1).

Gráfico 1: Produto Interno Bruto do município de Pirapora (2011-2021)



Fonte: FJP, 2024. Org.: Autores, 2025.

O decréscimo da participação do Setor de Serviços de Pirapora no PIB em 2020 esteve associado à variação negativa do índice de volume de boa parte das atividades terciárias e, particularmente, daquelas que dependem do fluxo e da circulação de pessoas, afetadas pelas medidas restritivas de isolamento social adotadas como medidas de contenção do Coronavírus (tais como os serviços de alojamento, hospedagem, alimentação fora do domicílio, turísticos, prestados às famílias, de transporte de passageiros, a educação e saúde pública e privada e parte do comércio associado às vendas de produtos da cadeia metalmeccânica, de tecidos, vestuário e calçados, livros e papelaria e de combustíveis e lubrificantes, em consonância com a redução no nível de atividade dos serviços de transporte) (FJP, 2024).

A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa.

## Resultados e Discussões

O patrimônio cultural do estado de Minas Gerais é amplamente reconhecido como um dos mais ricos do Brasil. Suas cidades, tradições e festas populares, bem como o saber e o fazer de seu povo, encantam e reforçam a relevância da valorização da história e da memória - base da identidade mineira e de sua própria criatividade.

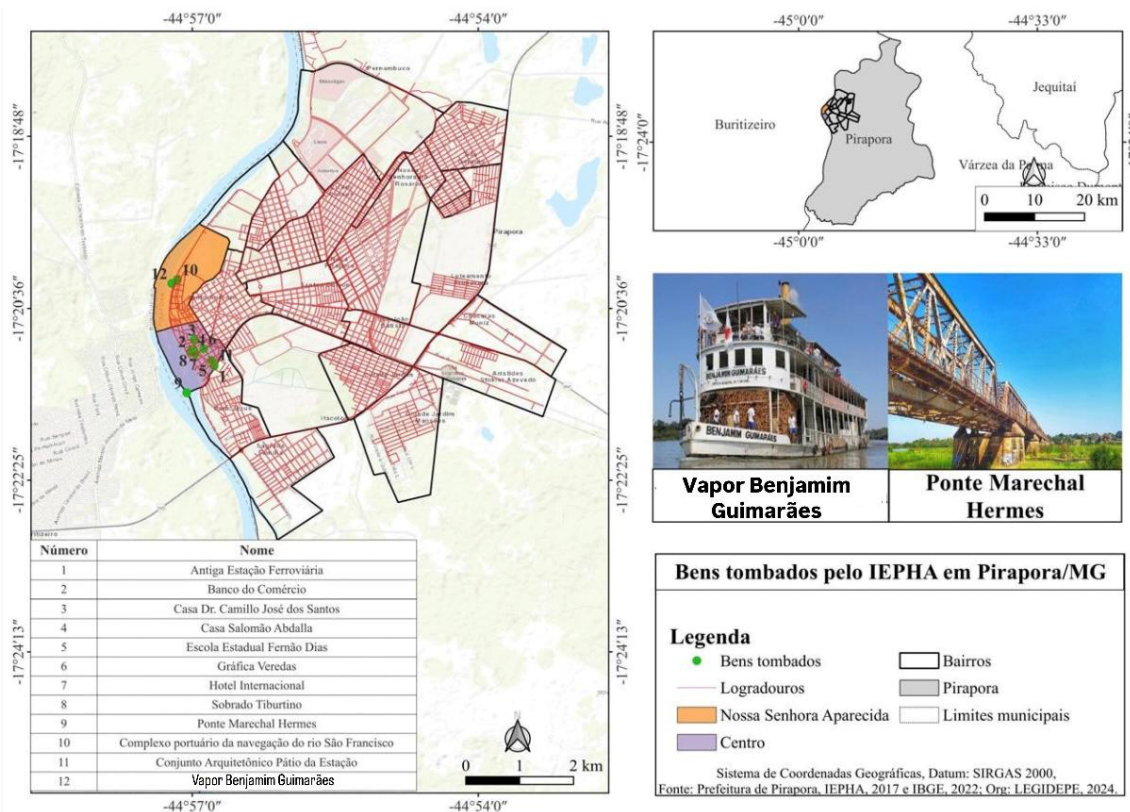
O acervo cultural protegido corresponde aos bens culturais, materiais ou imateriais, que devido seus valores, receberam algum tipo de proteção pelo poder público, a exemplo, tem-se o tombamento. O IEPHA/MG avalia os bens com base em alguns critérios, o valor histórico; artístico e arquitetônico; paisagístico e ambiental; simbólico e afetivo e/ou pela representatividade cultural.

O tombamento consiste-se em um instrumento de política pública que envolve decisões exclusivas sobre memórias coletivas, funcionando como uma ferramenta de valorização destas. Para o município de Pirapora, isto significa o reconhecimento da cultura local, o estímulo ao turismo cultural, o acesso a políticas de preservação e fomento e um planejamento urbano qualificado – harmonizando dois fatores importantes, o crescimento urbano e a preservação da memória da comunidade.

Isto posto, na cidade de Pirapora houve o tombamento de doze bens pelo IEPHA/MG:

- 1) Antiga Estação Ferroviária;
- 2) Banco do Comércio;
- 3) Casa Dr. Camillo José dos Santos;
- 4) Casa Salomão Abdalla;
- 5) Escola Estadual Fernão Dias;
- 6) Gráfica Veredas;
- 7) Hotel Internacional;
- 8) Sobrado Tiburtino;
- 9) Ponte Marechal Hermes;
- 10) Complexo portuário da navegação do Rio São Francisco;
- 11) Conjunto Arquitetônico Pátio da Estação e
- 12) Vapor Benjamin Guimarães (Figura 2).

Figura 2: Mapa de localização dos bens tombados pelo IEPHA/MG em Pirapora (MG)



Fonte: Prefeitura Municipal de Pirapora, 2025; IEPHA, 2017; IBGE, 2022. Org.: Autores, 2025.

Apesar de Pirapora contar com doze bens tombados pelo IEPHA/MG, este estudo concentra-se especificamente na Ponte Marechal Hermes e no Vapor Benjamin Guimarães. Esta escolha pode ser justificada devido a relevância histórica, cultural e simbólica de ambos no contexto local e regional, uma vez que são considerados ícones do desenvolvimento urbano e das mudanças socioeconômicas relacionadas à implantação da malha ferroviária na Região Geográfica Intermediária de Montes Claros e à navegação fluvial. Além disso, estes bens possuem uma maior disponibilidade de registros bibliográficos e documentais, o que favorece uma discussão mais embasada e aprofundada sobre suas condições de preservação, os valores culturais que lhes são atribuídos e seus potenciais de uso na esfera turística e educativa.

A Ponte Marechal Hermes une os municípios de Pirapora e Buritizeiro (Figura 3). Foi tombada pelo Decreto nº 24327, de 22 de março de 1985, com inscrição no Livro de Tombo nº III, do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos - por ser “Testemunho histórico de relevância nacional, quer por seu interesse público vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por sua excepcional solução estrutural” (IEPHA, 2017).



Figura 3: Vista lateral da Ponte Marechal Hermes



Fonte: IEPHA, 2017.

Sua construção sobre o Rio São Francisco estava inserida no projeto de expansão da Ferrovia Central do Brasil que tinha como finalidade interligar o Rio de Janeiro a Belém do Pará. A ponte foi inaugurada em 10 de novembro de 1922, mais de dez anos após o início de sua construção. Isto porque o projeto encontrou diversas dificuldades, como as constantes enchentes do rio – que impediam a construção das fundações e, doenças e enfermidades que os trabalhadores sofreram neste período. Sua inauguração contou com uma grande festa e com a presença de diversas autoridades e políticos, dentre esses, o então Presidente da República - Epitácio Pessoa e o Presidente de Minas Gerais - Raul Soares (IEPHA, 2017).

A Ponte Marechal Hermes é uma ponte ferroviária metálica, estruturada em treliça – com ligações rebitadas. A mesma apoia-se em 13 pilares de concreto, com extensão de 694 metros e 8,40 metros de largura. Atualmente, não é utilizada para fins de transporte ferroviário, apenas para a passagem de pedestres e motos. Embora não tenha alcançado seus objetivos originais e o projeto de ligação entre o Rio de Janeiro e Belém não se tenha concretizado, a Ponte Marechal Hermes permanece como um ícone do desenvolvimento industrial brasileiro e um marco distintivo na paisagem da região (IEPHA, 2017).

Esta ponte representa um importante papel simbólico na paisagem urbana de Pirapora - o que a legitima como patrimônio. Atua como um ele físico e ao mesmo tempo social/histórico/cultural entre diferentes espaços; representando um lugar de encontros, práticas cotidianas e significados que compõem o imaginário urbano – remetendo à memória e à identidade das populações locais. Pois, ao ser considerada como bem cultural, a Ponte Marechal Hermes transcende sua função utilitária e afirma-se como um símbolo vivo da memória, uma ligação entre o passado, o presente e o futuro da cidade e da sociedade.

O Vapor Benjamim Guimarães (Figura 4) foi tombado pelo Decreto Estadual nº 24.840, de 01 de agosto de 1985, no Livro nº I, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (IEPHA, 2017).

Figura 4: Vista do Vapor Benjamin Guimarães



Fonte: IEPHA, 2017.

Este vapor é o último em atividade no mundo, tem sua história vinculada diretamente ao processo de implementação da navegação comercial no Rio São Francisco – processo iniciado na segunda metade do século XIX e manteve-se em ritmo intenso até meados do século XX. O Rio São Francisco configura-se como uma referência ambiental, cultural, econômica e paisagística, sempre foi uma via natural para os deslocamentos (IEPHA, 2017).

Devido ao desenvolvimento de Pirapora, diversas empresas passaram a explorar a navegação fluvial, surgindo as companhias particulares de transportes fluviais, como a Companhia Indústria e Viação de Pirapora, a Companhia Comércio e Navegação e a Empresa Júlio Mourão Guimarães – responsável pela aquisição e montagem de um vapor que receberia o nome de Benjamin Guimarães (IEPHA, 2017).

Este vapor foi construído em 1913, pelo estaleiro de James Rees & Sons – importante armador norte-americano e, chegou ao Brasil após ser adquirido pela The Amazon River Steam Company, operando por alguns anos no Rio Amazonas. Posteriormente, foi comprado pela Empresa Júlio Mourão Guimarães, desmontado e montado na cidade de Pirapora, no final da década de 1920. Após ser montado, o vapor recebeu o nome do patriarca da família (Benjamin Guimarães) e, transportou passageiros e cargas ao longo de todo o Rio São Francisco. Ademais, em data não especificada, passou a pertencer a Companhia Indústria e Viação de Pirapora (IEPHA, 2017).

Na década de 1980, o vapor passou por uma ressignificação, operando exclusivamente com fins turísticos e culturais, realizando pequenas viagens pela região. Ou seja, o vapor transcendeu sua função técnica e econômica. Nesta mesma época, foi tombado pelo IEPHA/MG e foi restaurado. Nos anos 1990, o mesmo tornou-se propriedade da Prefeitura Municipal de Pirapora (IEPHA, 2017).

A histórica embarcação continuou seu funcionamento até o ano de 2013, não mais realizando o trajeto Pirapora-Juazeiro, mas oferecendo passeios turísticos aos finais de semana até a Barra do Guaicuí, no Rio das Velhas. Neste ano o mesmo precisou interromper suas atividades para passar por um projeto de restauração – que contemplou todo o barco, desde o casco e maquinário até a nova caldeira, instalações de hospedagem, dormitórios, sistema de iluminação, parte elétrica e hidráulica, pintura, janelas, portas, dentre outros.



O processo de restauração permaneceu paralisado por muitos anos devido à falta de recursos financeiros, sendo retomado apenas em setembro de 2024, graças ao apoio do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás – por meio de verbas federais – do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba.

Em maio de 2025, após uma complexa operação de realocação que envolveu semanas de planejamento, estudos técnicos acerca do nível do rio e uma logística com maquinários pesados e equipe qualificada, o Vapor Benjamim Guimarães voltou para as águas do Rio São Francisco (Figura 5). Este acontecimento representou um importante passo na conclusão da reforma, que encontra-se com 95% das obras finalizadas. O Vapor será reinaugurado em 1º de junho de 2025 – data que coincide com o aniversário da cidade (Prefeitura Municipal de Pirapora, 2025).

Figura 5: Vapor Benjamim Guimarães sendo realocado ao rio São Francisco, 2025



Fonte: Prefeitura Municipal de Pirapora, 2025.

De acordo com a Prefeitura Municipal (2025), este é um momento de imensa alegria, pois estão prestes a devolver à população uma embarcação que representa uma verdadeira herança cultural de Pirapora e do Brasil. O Benjamim Guimarães é mais do que um ícone turístico é a história viva do povo piraporense.

É notório que as embarcações a vapor, também conhecidas como gaiolas, marcaram a navegação fluvial no Brasil, principalmente no Amazonas e no São Francisco – entre a segunda metade do século XIX e meados de século XX. Em Pirapora, especialmente, as mudanças advindas deste tipo de transporte foram significativas, com grande impacto econômico, social e cultural. Diversos imigrantes chegaram ao município a bordo desses vapores, vindos do Norte e do Nordeste do Brasil com destino a São Paulo e Rio de Janeiro. Mas, muitos permanecerão em Pirapora, contribuindo para seu crescimento (IEPHA, 2017).

Com o passar dos anos, os vapores tornaram-se parte do cotidiano cultural da população ribeirinha, tanto que sabiam, pelo som do apito, identificar qual embarcação aproximava-se ou partia. Estes sons eram uma marca registrada dos vapores, que permaneceram vivos na memória da sociedade, mesmo após deixaram de navegar. Contudo, o Vapor Benjamim Guimarães representa um símbolo ativo deste capítulo da história da navegação no Rio São Francisco (essencial para o transporte e o comércio da região) (IEPHA, 2017).

O Benjamim Guimarães simboliza um atrativo turístico capaz de dinamizar a economia, valorizar a cultura regional e impulsionar o turismo, gerando contribuições para o



marketing da cidade (Costa, Bahia e Couto, 2009). No entanto, sua transformação em atração turística levanta questionamentos sobre os limites e riscos da mercantilização do patrimônio, que privilegia o consumo em detrimento das leituras históricas locais. Isto pode contribuir para o seu reducionismo a um objeto de consumo simbólico – esvaziando seu potencial reflexivo e educativo. Assim, sua valorização enquanto bem turístico deve estar atrelada a uma gestão patrimonial crítica, participativa e sensível – capaz de equilibrar os interesses econômicos e a valorização da memória.

Em 2017, segundo o novo Mapa do Turismo Brasileiro, 87 municípios de Minas Gerais foram classificados nas categorias A, B e C - que são aquelas cidades que recebem um fluxo significativo de turistas, tanto nacionais quanto internacionais e, oferecem melhor infraestrutura para o turismo. Entre os destaques nestas categorias estão: Belo Horizonte, Ouro Preto, Diamantina, Montes Claros, Juiz de Fora, Sabará, São João del-Rei, Tiradentes, Poços de Caldas, Uberlândia e Pirapora. Já os outros 468 municípios turísticos mineiros incluídos no novo mapa foram classificados nas categorias D e E. Tais destinos não possuem fluxo turístico nacional e/ou internacional expressivo, mas possuem um papel importante no fluxo turístico regional (Brasil, 2017). O turismo é um dos segmentos econômicos que mais desenvolveu-se nos últimos anos (Rocha, Alves e Bortolo, 2024).

Devido à localização geográfica da cidade de Pirapora, esta tornou-se referência inicialmente por motivos logísticos e, atualmente, é referência por razões turísticas. Segundo Silva (2019), “A origem da atividade turística em Pirapora/MG ocorreu no início dos anos 1980, quando o Rio São Francisco estava com alto volume de água e as areias ribeirinhas encantava quem passava por ali”. Nesta época, a cidade já oferecia duas festas anuais que representavam a cultura local e atraíam turistas de toda a região, o carnaval e a Festa do Sol.

Para Fonseca (2020), o Rio São Francisco representa muito mais do que a água que irriga o sertão – é também, fonte de inspiração para a realização de práticas e expressões culturais, rituais religiosos e o exercício de ofícios e saberes moldados pela posição geográfica e pela história de formação dos povos que habitam suas margens.

Atualmente, os principais atrativos da cidade são o Rio São Francisco, o balneário das duchas, a Festa do Sol, o Vapor Benjamim Guimarães e a Ponte Marechal Hermes (Observatório do Turismo da Secretaria Estadual do Turismo – SETUR). A forte presença das culturas quilombola e indígena na cidade também se destaca, contribuindo para que o turismo seja uma das principais atividades econômicas da região (Neves, 2015). É válido destacar que, embora a Festa do Sol seja importante para a cultura local, tem sido instrumentalizada por interesses políticos e turísticos, esvaziando seu sentido tradicional.

A Associação Nosso Turismo de Pirapora e Região reúne 85 empresas de segmentos diferentes, que vão desde restaurantes e hotéis até farmácias, açougues, supermercados e locadoras de quadras esportivas (Prefeitura Municipal de Pirapora, 2025). Este cenário reafirma a visão de Beni (2006), ao destacar que a atividade turística tem o potencial de mobilizar diversos setores econômicos, sendo o destino, em sua totalidade, o verdadeiro produto turístico.

O aglomerado turístico de Pirapora faz parte do Circuito Guimarães Rosa (CGR), o qual abrange os municípios de Araçá, Buritizeiro, Cordisburgo (considerado município de honra por ser a terra natal de João Guimarães Rosa), Corinto, Curvelo, Inimutaba, Morro da Garça, Presidente Juscelino e Pirapora. Trata-se de um circuito de natureza literária, inspirado na obra de Guimarães Rosa e no sertão retratado por ele. O percurso é marcado por características culturais e naturais singulares - formando um universo raro, que foge ao padrão do turismo convencional (Circuito Guimarães Rosa, 2018).

A sede do circuito está localizada em Curvelo, e a participação ativa dos municípios integrantes é essencial para o cumprimento das políticas estaduais de fomento ao turismo. A criação de conselhos municipais de turismo e a participação efetiva da sociedade nas decisões contribuem significativamente para a evolução, profissionalização e sucesso da atividade turística. A Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) tornou obrigatória a inclusão dos municípios em circuitos turísticos como condição para o recebimento da parcela do repasse do

ICMS Turístico - recurso gerido pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e destinado a ações definidas pelo próprio município com foco na promoção do setor (Circuito Guimarães Rosa, 2018).

A inserção de Pirapora neste circuito contribui para o crescimento das atividades econômicas formais e informais na cidade (Fonseca *et al.*, 2014). Contudo, fatores como a degradação ambiental, as crises econômicas e o desenvolvimento de outras cidades turísticas mais competitivas - provocaram uma queda considerável no setor turístico da cidade (Silva, 2019).

Em Pirapora, a COMTUR gerencia o ICMS Turístico e investe em ações específicas de fomento ao turismo e a preservação de seu patrimônio cultural, como o Seminário de Empreendedorismo em Ecoturismo realizado em outubro de 2018. No entanto, mesmo que haja alguns processos bem-sucedidos na criação de ações coletivas, há dificuldades em estabelecer as parcerias público-privadas nesta perspectiva (Silva, 2019).

Para Silva (2019), os bens culturais da cidade supracitada despertam o interesse de turistas, porém, está restrito àqueles que já a conhecem ou têm parentes e/ou amigos que residem nela. O que evidencia a necessidade de uma maior divulgação de seu patrimônio cultural e do engajamento da comunidade local/regional.

Posto isto, o tombamento de bens culturais na cidade de Pirapora pode ser compreendido como uma ferramenta ambígua na construção das identidades locais. De um lado tem-se o reconhecimento oficial de bens específicos – o que fortalece a memória coletiva e confere sentido de pertencimento à população da região. Por outro lado, a escolha do que é tombado ou não – revela as disputas simbólicas em relação à memória. Esse fortalecimento das identidades locais pode ser mobilizado como estratégia para ampliar a visibilidade da cidade e potencializar o turismo cultural, contribuindo para uma expansão ainda mais significativa desse setor.

Na cidade supracitada, os esforços de preservação concentram-se em questões associadas à navegação fluvial e à industrialização, com isto outros fatores importantes podem ser silenciados, como as tradições afrodescendentes, a cultura oral e/ou as práticas do sertão.

A cultura negra, em sua pluralidade de práticas, saberes e expressões, constitui a base estrutural da formação social e simbólica do município de Pirapora. Esse entendimento dialoga com as contribuições de Gonzalez (2020), para quem as matrizes culturais afro-brasileiras estruturam práticas cotidianas, formas de sociabilidade e sentidos identitários, ainda que frequentemente invisibilizados pelos discursos hegemônicos. No contexto piraporense, essa presença manifesta-se nas festas populares, nas tradições religiosas, na oralidade, na musicalidade e nos modos de ocupar, apropriar e significar o território. Tais manifestações revelam a força constitutiva da cultura negra na conformação das identidades locais, o que torna indispensável sua valorização nos estudos sobre memória, patrimônio e processos de preservação.

Neste sentido, apresentamos, a seguir, as considerações finais do trabalho.

## Considerações Finais

O presente trabalho possibilitou refletir sobre a importância do patrimônio cultural da cidade de Pirapora, compreendendo sua relevância enquanto elemento para a preservação da memória e a construção da identidade local. Isto por meio do estudo bibliográfico e da análise e discussão dos dados secundários do IEPHA/MG, de 2017.

Esta pesquisa elucidou que a cidade de Pirapora dispõe de um rico acervo cultural - com 12 bens culturais tombados - que espelham a singularidade de sua história. Contudo, é perceptível que os bens que mais se destacam são a Ponte Marechal Hermes e o Vapor Benjamim Guimarães, tidos como elementos fundamentais para a preservação da memória coletiva e para a construção de uma identidade local. Estes representam a herança histórica, social e simbólica da comunidade piraporense.

Assim, com as discussões e reflexões desenvolvidas neste estudo, espera-se que os resultados possam inspirar o Poder Público, os moradores e turistas, que, percebendo a relevância dos patrimônios culturais de Pirapora, especialmente da Ponte Marechal Hermes e do Vapor Benjamim Guimarães, como sinônimo de memória coletiva, assumam o papel de valorizá-los e preservá-los. Pois, preservá-los, consiste-se em uma forma de reconhecer e valorizar as múltiplas identidades e histórias que compõem uma sociedade, fortalecendo o senso de pertencimento e a continuidade cultural entre as gerações.

## Referências

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In.: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo (SP): Contexto, 2011. p. 19-39.

ALVES, R. Os 10 hábitos da memorização: desenvolva uma memória de elefante. In.: \_\_\_\_\_. **Por que esquecemos as coisas?** As pessoas usam a memória artificial de maneira errada. São Paulo (SP): Gente, 2009. p.11-19.

ALVES, R. de C.; FONSECA, G. A. da. A Paisagem cultural como elemento comercial: uma análise do patrimônio histórico de Diamantina-MG. In.: VIII Encontro de estudantes de história e I encontro de pós-graduandos em história. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros [**Anais...**], 2011. p. 01-17.

BENI, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 1, p. 5–22, 2006. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/68228>. Acesso em: 08 mai. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Mapa do turismo de Minas Gerais ganha 276 novos municípios**. Brasília, DF, 14 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/assuntos-categoria/mapa-do-turismo-de-minas-gerais-ganha-276-novos-municipios>. Acesso em: 04 mai. 2025.

BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/cf96yZJdTvZbrz8pbDQnDqk/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

CAMPOMORI, M. J. L. O que é avançado em cultura. In: BRANDÃO, C. A. L. (Org). **A república dos saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008. p. 73-80.

CARNEIRO, K. A. de S.; CARNEIRO, K. A. de S.; ALVES, R. de C.; MAGALHÃES, S. C. M. Paisagens, imagens do vivido e do vivenciado: análise da estruturação da Praça Central de Pirapora – MG/Brasil e sua representação histórica – social. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 1, p. 1-14, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2192>. Acesso em: 15 mai. 2025.

CASTELLS, A. N. G.; SANTOS, J. L. C. **Patrimônio cultural e seus campos**. Florianópolis: UFSC, 2014.



CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4<sup>a</sup> ed. São Paulo (SP): Estação Liberdade; UNESP, 2006. 282p.

CIRCUITO GUIMARÃES ROSA. **Apresentação**. Belo Horizonte, Minas Gerais. 2018. Disponível em: <http://circuitoguimaraesrosa.com.br/apresentacao>. Acesso em: 04 mai. 2025.

CLAVAL, P. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da Geografia. In.: MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette (Orgs.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba (PR): EdUFPR, 2002. p. 14-28.

\_\_\_\_\_. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In.: CÔRREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à Geografia cultural**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2007. p.147-166.

CORRÊA, R. L. **Trajетórias Geográficas**. 2<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural**: Interpretação e qualificação. São Paulo: Edições SESC SP, 2009.

COSTA, R. D. da.; BAHIA, E. T.; COUTO, E. de F. Turismo em Pirapora -MG: um estudo de caso sobre a percepção dos residentes locais. **Revista Reuna**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 55-68, 2009. Disponível em: <https://revistas.una.br/reuna/article/view/323/386>. Acesso em: 07 mai. 2025.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

EAGLETON, T. **A Idéia de Cultura**. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado – URBANISMO**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1979.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais**. FJP, 2024. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/produto-interno-bruto-pib-de-minas-gerais/>. Acesso em: 05 mai. 2025.

FONSECA, J. L. da. **Velho Chico**: Da narrativa audiovisual ao turismo de telenovelas em Pirapora (MG). 200f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2020.

FONSECA, S. F. da; MARRA, E. A. S.; ROCHA, I. J. de J.; SANTOS, D. P. dos. Estudos dos aspectos geoeconômicos do mercado municipal de Pirapora – MG. **Revista Okara: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 8, n.2, p. 224-234, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/15968/12261>. Acesso em: 15 mai. 2025.

GEORGE, P. Villes et conditions naturelles. In: **Précis de Géographie Urbaine**. Paris, P.U.F., 1969, 289 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In.: OLIVEIRA, L. L. (Org.). **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p.108-123.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In.: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p.169-190.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In.: SANTOS, M.; BECKER, B. (Orgs.). **Territórios, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 43-68.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre revoluções culturais do nosso tempo. In.: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n.2, v.22, p.5, 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios>. Acesso em: 03 mai. 2025.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

IEPHA/MG – INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Guia de bens tombados**. Belo Horizonte: IEPHA, 2017. Disponível em: <https://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados>. Acesso em: 05 mai. 2025.

LARAIA, R. B. **Cultura: Um Conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LUCHIARI, M. T. D. P. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. **Geografia**, Rio Claro, v.31, n.1, p. 47-60, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1339/2042>. Acesso em: 05 mai. 2025.

MATA-MACHADO, F. **Navegação do rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1991.

MELLO, C. A. B. de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2016.

MELO, L. L. de. **Ouro Fino: Um arraial... uma Igreja... um Largo... e uma vaga lembrança na paisagem**. 221f. Dissertação (Mestrado) – Instituto Goiano de Pré História e Antropologia. Universidade Católica de Goiás. Goiás, 2009.

NEVES, Z. **Navegantes da integração: os romeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. Vapor “Benjamim Guimarães”: Patrimônio dos ribeirinhos do São Francisco. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 451-476, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras>. Acesso em: 08 mai. 2025.

NIGRO, C. **Territórios do patrimônio**. Tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. 202f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, 2001.

PELEGRINI, S. C. A. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, v.3, n.1, p. 87-100, 2007. Disponível em: <http://200.145.164.4/index.php/pem/article/view/33>. Acesso em: 09 mai. 2025.

PIRAPORA. Prefeitura Municipal. **Vapor Benjamin Guimarães retorna ao rio São Francisco após reforma histórica**. Pirapora (MG): prefeitura municipal, 2025. Disponível em: <https://www.pirapora.mg.gov.br/2025/05/05/vapor-benjamin-guimaraes-retorna-ao-rio-sao-francisco-apos-reforma-historica/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

ROCHA, V. T. R.; ALVES, R. de C.; BORTOLO, C. A. de. A educação ambiental no ecoturismo: a percepção dos visitantes do Jardim Botânico Inhotim em Brumadinho, Minas Gerais, Brasil. **ENTRE-LUGAR**, v. 16, n. 31, p. 232–260, 2024. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/18384>. Acesso em: 07 mai. 2025.

ROCHA, V. T. R.; RIBEIRO, B. S.; ALVES, R. de C.; SILVA, C. A. da. Arte e a cultura em Montes Claros (Minas Gerais-Brasil) em tempos de pandemia/COVID-19. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 2, n. 3, p. 44-61, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia>. Acesso em: 07 mai. 2025.

SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 23, Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10782>. Acesso em: 8 mai. 2025.

SILVA, D. R. **A decisão de colaborar**: interação e maturidade no aglomerado turístico de Pirapora. 95f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Administração. Belo Horizonte, 2019.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

WAGNER, P. L.; MIKESSEL, M. W. Temas da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Geografia Cultural**: um século (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p.111-167.

**Recebido em:** 19/05/2025.  
**Aprovado para publicação em:** 05/12/2025.